

Mandic S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Mandic S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mandic S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mandic S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio e outros intangíveis com vida útil indefinida da aquisição da Rivendel Tecnologia Ltda – ME, Rivendel Sistemas TI Ltda e Axil Cloud Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.

Veja a nota 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Em maio de 2017 a Companhia adquiriu o controle da Axil Cloud Serviços de Tecnologia da Informação Ltda e, em janeiro de 2018, o controle das Rivendel Tecnologia Ltda - ME e da Rivendel Sistemas TI Ltda., que tem como atividade o mercado de prestação de serviços e consultoria, desenvolvimento de softwares e computação em nuvem. A Companhia mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes referentes a aquisição da Axil e Rivendel cuja incertezas relacionadas as principais premissas e estimativas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a determinação das taxas de crescimento de receitas, de desconto utilizados na determinação de fluxos de caixas futuros, possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, tais como, taxas de crescimento de receitas e desconto, bem como comparamos essas premissas com informações do mercado levando em consideração nosso conhecimento sobre a Companhia e a indústria em que ela opera e efetuamos a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas no modelo adotado pela Companhia assim como análise da performance atual em comparação com o orçado no ano anterior. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida da aquisição de negócios acima mencionados, no tocante à sua recuperabilidade, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F



William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP-239058

Mandic S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.765	1.154
Aplicações financeiras	5	15.667	425
Títulos e valores mobiliários	6	100	2.504
Contas a receber de clientes	7	13.140	14.839
Impostos a recuperar		1.251	850
Créditos diversos		776	980
Despesas antecipadas	8	816	856
Total do ativo circulante		34.515	21.608
Aplicações financeiras	5	3.450	5.540
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.b	3.143	2.821
Imobilizado	9	12.304	17.072
Intangível	10	46.434	47.815
Total do ativo não circulante		65.331	73.248
Total do ativo		99.846	94.856

	Nota	2020	2019
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	11	14.328	6.080
Debêntures	12	11.348	12.384
Fornecedores	13	12.266	14.741
Obrigações trabalhistas	14	3.804	3.472
Obrigações tributárias		844	1.344
Parcelamento de impostos		8	50
Dividendos a pagar		-	1.322
Adiantamento de clientes		237	267
Contas a pagar por aquisição de negócio	15	-	10.090
Total do passivo circulante		42.835	49.750
Empréstimos e financiamentos	11	14.808	3.183
Debêntures	12	-	5.051
Parcelamento de impostos		-	8
Provisão para contingências	16	317	391
Contas a pagar por aquisição de negócio	15	2.179	2.121
Total do passivo não circulante		17.304	10.754
Patrimônio líquido	18		
Capital social		14.320	14.226
Reserva de capital		25.387	20.126
Total do patrimônio líquido		39.707	34.352
Total do passivo e patrimônio líquido		99.846	94.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

			<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	Nota	2020	2019	2019
Operações continuadas				
Receita operacional líquida	21	78.584	84.735	75.563
Custos dos serviços prestados	22	(46.090)	(46.981)	(40.116)
Lucro bruto		32.494	37.754	35.447
Despesas administrativas	23	(10.646)	(12.080)	(11.784)
Despesas de vendas	24	(10.635)	(11.351)	(11.315)
Perdas por redução ao valor recuperável	24	(101)	(6)	(6)
Despesa com remuneração de ações	19	(804)	(439)	(439)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		54	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		10.362	13.878	11.903
Receitas financeiras	25	1.159	1.463	1.437
Despesas financeiras	25	(8.738)	(7.660)	(7.514)
Despesas financeiras líquidas		(7.579)	(6.197)	(6.077)
Participação nos lucros da empresa investida por equivalência patrimonial, líquida de impostos		-	-	1.124
Participação nos lucros da empresa investida e incorporada por equivalência patrimonial, líquida de impostos		-	-	(94)
Resultado antes dos impostos		2.783	7.681	6.856
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	17.a	130	(830)	(5)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	17.b	322	(1.563)	(1.563)
Lucro líquido do exercício		3.235	5.288	5.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2020	2019	2019
Lucro líquido do exercício	3.235	5.288	5.288
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>3.235</u>	<u>5.288</u>	<u>5.288</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de Capital		Reserva de Lucros			Total
		Ativos incorporados	Outorga de opções de ações	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	61.573	5.855	9.876	-	-	(47.357)	29.947
Resultados abrangentes do período							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.288	5.288
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	5.288	5.288
Transações com acionistas e distribuições das reservas							
Utilização para redução de capital	(47.347)	-	-	-	-	47.347	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	264	-	-	264
Retenção de lucros	-	-	-	-	3.692	(3.692)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.322)	(1.322)
Plano de remuneração de ações	-	-	439	-	-	-	439
Total das transações com acionistas e distribuições das reservas	(47.347)	-	439	264	3.692	42.333	(619)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.226	5.855	10.315	264	3.692	264	34.616
Resultados abrangentes do período							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.235	3.235
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	3.235	3.235
Transações com acionistas e distribuições das reservas							
Constituição de reserva legal	-	-	-	162	-	-	162
Reserva Especial sobre o lucro a distribuir 2019	-	-	-	-	1.222	-	1.222
Retenção de lucros	-	-	-	-	3.073	(3.073)	-
Integralização de capital em 02 de março de 2020	18.1 94	-	-	-	-	-	-
Plano de remuneração de ações	20 -	-	804	-	-	-	804
Total das transações com acionistas e distribuições das reservas	94	-	804	162	4.295	(3.073)	2.282
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.320	5.855	11.119	426	7.987	426	40.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mandic S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos.	2.783	7.681	6.856
Ajustes para:			
Depreciação	9.965	9.589	9.311
Amortização	4.302	3.966	7.047
Valor residual de ativo imobilizado e intangível baixado	699	1.093	1.093
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	2.710	2.391	2.391
Baixa efetiva de contas a receber	7	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(108)	(6)	(6)
Reversão de provisão para contingências	(24)	(202)	(202)
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	-	(1.030)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(2.393)	-
Transações de pagamento baseado em ações, liquidável em ações	804	439	439
	21.138	22.558	25.899
Variações em:			
Contas a receber	1.800	414	(1.948)
Tributos a recuperar	(401)	(347)	(602)
Créditos diversos	204	(515)	(555)
Despesas antecipadas	40	(303)	(311)
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	300
Fornecedores	(2.475)	(2.658)	(2.295)
Obrigações trabalhistas	332	(1.348)	(397)
Obrigações tributárias	(341)	260	(147)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.564	-
Provisão para perda em investimentos	-	-	(975)
Adiantamento de clientes	(30)	(164)	(164)
Contingências - Liquidação	(50)	-	-
Impostos parcelados	(50)	(50)	(50)
	20.167	19.411	18.755
Caixa gerado pelas atividades operacionais	20.167	19.411	18.755
Juros pagos	(2.357)	-	2.334
Impostos pagos sobre o lucro	(130)	-	1.516
	17.680	15.561	15.869
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.680	15.561	15.869
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Contas a pagar por aquisição de negócios Mandic	96	109	109
Contas a pagar por aquisição de negócios Rivendel	(10.128)	578	578
Recursos provenientes dos títulos de valores mobiliários	2.404	863	863
Aplicações financeiras	(13.152)	376	476
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-	100	-
Aquisição de imobilizado	(4.220)	(10.082)	(10.082)
Aquisição de intangível	(2.921)	(2.651)	(2.651)
	(27.921)	(10.707)	(10.707)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(27.921)	(10.707)	(10.707)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos	24.097	5.587	5.587
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(12.339)	(16.150)	(16.150)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	94	-	-
	11.852	(10.563)	(10.563)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	11.852	(10.563)	(10.563)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.611	(5.709)	(5.401)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.154	6.863	6.555
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.765	1.154	1.154
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.611	(5.709)	(5.401)
Divulgação adicional - Transações não-caixa			
Dividendos a pagar	-	1.322	1.322
Reserva especial	1.222	-	-
Aquisição de Imobilizado	1.675	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Mandic S.A. (“Companhia” ou “Mandic”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 302, Bela Vista, CEP 01310-000, e tem como atividades a serem fornecidas: licenciamento de software para uso de terceiros no segmento de soluções para médias e grandes empresas e corporações, “cloud computing” (computação em nuvem) nos modelos “Software as a Service - SaaS” (software como serviço), “Infrastructure as a Service - IaaS” (infraestrutura como serviço), e como provedora de soluções de e-mail, e-mail marketing, “backup”, registro e hospedagem de “sites” e outros licenciamentos. A Companhia também realiza a prestação de serviços de Informática e consultoria em Tecnologia da Informação, em soluções de transformação digital em nuvem, permitindo oferecer soluções de alta qualidade por meio de consultoria, migração, implantação e sustentação.

A Companhia está envolvida primariamente no licenciamento de software, prestação de serviços de informática e consultoria em tecnologia da informação.

. A Companhia está avaliando a renegociação dos passivos já existentes com objetivo de alongar as dívidas. Ressaltamos que a Companhia possui um caixa de aproximadamente de R\$ 7.000 (R\$3.450 nota explicativa 5 e R\$3.600 nota explicativa 12) relacionados a cash colateral contabilizados em ativo circulante e não circulante, que são reduzidas a medida que as amortizações de empréstimos são realizadas.

Em 27 de junho de 2019, os acionistas da Companhia autorizaram a incorporação do acervo líquido das controladas Rivendel Tecnologia Ltda - ME (“Rivendel Tecnologia”) e Rivendel Sistemas TI Ltda. (“Rivendel Sistemas”), ambas sociedades limitadas com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Paulista, nº 1.776, 20º. Andar, conjunto A. Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data base de 14 de junho de 2019. O acervo líquido incorporado da Rivendel Tecnologia Ltda-ME (“Rivendel Tecnologia”) foi de R\$ 4.095, e da Rivendel Sistemas TI Ltda (“Rivendel Sistemas”) foi no valor negativo de R\$ 1.060.

Rivendel Tecnologia

Balanço Patrimonial Data Base: 31/05/2019

Ativo	Saldo	Passivo e patrimônio líquido	Saldo
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	79	Empréstimos e financiamentos	1.441
Contas a receber de clientes	4.342	Fornecedores	239
Créditos diversos	199	Obrigações tributárias	473
Impostos a recuperar	7	Obrigações trabalhistas	1.292
Despesas antecipadas	14		
Total do ativo circulante	4.641	Total do passivo circulante	3.445
Não circulante		Não circulante	
Parte relacionadas	965		
Total do realizável a longo prazo	965	Total do passivo não circulante	
		Patrimônio líquido	

Rivendel Tecnologia

Balanço Patrimonial

Data Base: 31/05/2019

Ativo	Saldo	Passivo e patrimônio líquido	Saldo
Imobilizado	340	Capital social	164
Intangível	<u>1.594</u>	Lucros acumulados	<u>3.931</u>
	1.934		
Total do ativo não circulante	<u>2.899</u>	Total patrimônio líquido	<u>4.095</u>
Total do ativo	<u>7.540</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>7.540</u>

Rivendel Sistemas

Balanço Patrimonial

Em R\$ mil

Data Base: 31/05/2019

Ativo	Saldo	Passivo e patrimônio líquido	Saldo
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21	Empréstimos e financiamentos	1.212
Contas a receber de clientes	234	Fornecedores	446
Créditos Diversos	3	Obrigações tributárias	15
Impostos a recuperar	99		
Despesas antecipadas	<u>14</u>		
Total do ativo circulante	371	Total do passivo circulante	1.673
Não circulante		Não circulante	
		Patrimônio líquido	
Imobilizado	242	Capital social	10
Total do ativo não circulante	<u>242</u>	Prejuízos acumulados	<u>(1.070)</u>
Total do ativo	<u>613</u>	Total patrimônio líquido	<u>(1.060)</u>
		Total do passivo e patrimônio líquido	<u>613</u>

A companhia entrou no modelo remoto de trabalho desde o dia 17 de março e permanece até o momento, e em termos de entrega das soluções ofertadas e na qualidade do atendimento/SLAs contratuais não teve impacto nas operações junto aos clientes. Os produtos de licenciamento e infraestrutura, apesar de serem críticos, foram impactados por conta de clientes que precisaram reduzir os custos e/ou tiveram diminuição das suas atividades e, conseqüentemente, reduziram os produtos utilizados pela Mandic. A título de exemplo, clientes que reduziram contas de e-mails por conta da diminuição de quadro de funcionários.

Entretanto, surgiram novas oportunidades com clientes que migraram para Mandic por causa de redução de custos com outros fornecedores.

A 2ª linha de produtos de transformação digital (realização de consultoria, implantação, migração e sustentação) foi impactada inicialmente em decorrência do congelamento de projetos e inovações por parte dos nossos clientes, entretanto, esses cancelamentos, foram compensados pela aquisição de novos clientes na carteira ou através de novos projetos dentro da base atual, que manteve a receita praticamente no mesmo patamar mensal. O entendimento é que a pandemia impactou o crescimento mais acelerado dessa unidade, porém para o ano de 2021, a Companhia entende que essa unidade de negócio é que mais crescerá percentualmente em decorrência do posicionamento estratégico adotado de se como provedora de transformação digital em computação em nuvem.

De forma geral, a Companhia não possui concentração em clientes e setor, portanto, não sofreu nesse ponto. Para apoiar alguns clientes em cenários mais críticos foi criado um comitê semanal para avaliar as solicitações de descontos e negociar caso a caso. Em paralelo a companhia beneficiou-se da postergação de alguns impostos e empréstimos propostos pelo governo (INSS, FGTS, PIS/COFINS e BNDES).

Adicionalmente a Companhia postergou alguns investimentos, realizou alguns desligamentos e também efetuou a devolução de parte da locação do escritório da empresa como forma de redução de custos.

Por fim, a Companhia também renegociou o pagamento das debêntures conforme nota 12, postergando o pagamento da dívida para até o mês de novembro de 2021.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, no exercício de 2019 a Companhia incorporou suas empresas controladas Rivendel Tecnologia S.A. e Rivendel Sistemas., deixando de ter a necessidade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a totalidade das operações sob seu controle acionário passaram a transitar unicamente na Mandic S.A.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Mandic em 25 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Abaixo as notas explicativas resultantes de premissas e estimativas que são avaliados anualmente e sujeito a alterações de acordo com critérios contábeis adotados:

- **Nota explicativa 7** - Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
- **Nota explicativa 9** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota explicativa 10** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis
- **Nota explicativa 16**- Provisão para contingências
- **Nota explicativa 17.b**- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos
- **Nota explicativa 19** - Transações com pagamento baseado em ações

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e sua controlada. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa, quando aplicáveis, são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controlada

Uma entidade controla outra entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em empresas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em suas controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem sua participação na controlada.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e sua controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

b. Receita operacional

(i) Venda de licença de licenciamento de software

As receitas relativas a licenças de licenciamento são reconhecidas quando todos os itens a seguir forem cumulativamente atingidos:

- (i) Assinatura do contrato e da disponibilização do software ao cliente.
- (ii) Seu valor puder ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato).
- (iii) Todos os riscos e benefícios inerentes da licença forem transferidos para o comprador.
- (iv) For provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. As receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

(ii) Disponibilização das soluções

As receitas de licenciamento de software são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que as soluções são disponibilizadas. As receitas relativas a implantação, suporte e atendimento (taxa de implantação e hora técnica) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes.

As receitas de venda de licença de uso de software são apresentadas no resultado do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas.

(iii) Prestação de serviços

A Companhia está envolvidas na gestão de recursos tecnológicos e na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

(iv) Receita com licença de terceiros

A Companhia reconhece as receitas provenientes de licença de terceiros como agente, conforme CPC 47 – Receita de contrato com cliente, pois não possui exposição a riscos e benefícios significativos associados com as vendas de licenças, sendo seu ganho predeterminado. As receitas são reconhecidas com base nas licenças comercializadas. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

c. Tributos sobre licenciamento e prestação de serviços

As receitas de licenciamento de softwares e prestação de serviços de informática estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Imposto Sobre Serviços - ISS: incidente sobre as receitas com prestação de serviço e para licenciamento de softwares, 2,9 %.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: incidente sobre a receita bruta de licenciamento de softwares e prestação de serviços com alíquota de 3% e de locação de datacenter com alíquota de 7,6 %.
- Programa de Integração Social - PIS: incidente sobre a receita bruta de licenciamento de softwares e prestação de serviços com alíquota de 0,65% e de locação de datacenter com alíquota de 1,65 %.

d. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais no fim do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

e. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

f. Contas a receber de clientes

Registrados de acordo com a concessão dos licenciamentos de software e serviços prestados. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber.

g. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e sua controlada tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros, que são reconhecidos no resultado, pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas de juros sobre empréstimos, descontos financeiros concedidos e despesas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são

reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são adicionados ou reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos

fiscais.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e sua controlada obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	3 a 5 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	Conforme prazo do contrato de locação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Ativo intangível e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Carteira de clientes	3 a 6,5 anos
Contrato de não competitividade	6,5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

I. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

- **Empréstimos e recebíveis:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Capital Social

Ações ordinárias

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

A Companhia emitiu ações ordinárias resgatáveis no período.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

n. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencidos há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

o. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de

outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

p. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

q. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento.

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

s. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

t. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	19	55
Depósitos bancários de curto prazo (a)	<u>2.746</u>	<u>1.099</u>
	<u>2.765</u>	<u>1.154</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados a taxas entre 99,00% a 98,00% em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5 Aplicações financeiras

	2020	2019
Aplicação financeira (a)	19.117	5.965

Circulante	15.667	425
Não circulante (b)	3.450	5.540

- (a) Referem-se a cotas de fundos de investimento referenciados em DI administrados pelos Bancos Bradesco e Santander. Esses fundos são formados por títulos de curto prazo em sua carteira, considerados de baixo risco e destinado ao segmento serviços. Tem como objetivo buscar a rentabilidade que acompanha as variações das taxas do CDI. Na média, a rentabilidade dos fundos é superior a 100 % da variação do CDI para os exercícios de 2020 e 2019. Tais valores não podem ser convertidos em caixa e equivalentes de caixa em um prazo inferior de três meses. A administração tem a intenção de utilizar o montante em investimentos futuros.
- (b) Refere-se à garantia do empréstimo contraído junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 23.000 em 17 de janeiro de 2020, sob pena de vencimento antecipado das obrigações garantidas. A Mandic deverá manter em conta até o vencimento do contrato, 15% do valor contraído.

6 Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Fundos de investimento (a)	-	1.003
Título de capitalização (b)	100	1.501
	<u>100</u>	<u>2.504</u>

- (a) Valores mobiliários referentes as cotas do Bradesco Empresarial FICFI RF Referencial DI TOP e das cotas do Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Corporate Referenciado DI. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, essas cotas possuem rentabilidade de 101% do CDI.
- (b) Títulos de capitalização referentes a (4) quatro investimentos no Banco Bradesco no valor de R\$ 25 cada, o prazo de vencimento e resgate do primeiro título será em maio de 2021 e do último em agosto de 2021.

7 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Contas a receber de clientes	10.786	13.659
Provisão de receita	3.602	2.327
Perda por redução ao valor recuperável	(1.248)	(1.147)
	<u>13.140</u>	<u>14.839</u>

A abertura do saldo a receber de títulos e duplicatas pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2020	2019
A vencer	9.241	10.506
Vencidos:		
Até 30 dias	289	1.677
De 31 a 60 dias	65	166
De 61 a 90 dias	62	134
Acima de 90 dias	1.129	1.176
	<u>10.786</u>	<u>13.659</u>

A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis vencidos, constituindo perda por redução ao valor recuperável de acordo com a política vigente da Companhia, nesta, atendendo

ao disposto no CPC 48, a Companhia adota o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme o pronunciamento. Para constituição do valor a ser provisionado, a Companhia utilizou uma métrica por meio de análise das possíveis perdas com os recebimentos dos clientes, considerou os títulos vencidos acima de 90 dias e, adicionalmente, aplicando um % dos títulos abaixo de 90 dias a vencer baseado nos dados históricos dos últimos 12 meses.

As movimentações na perda por redução ao valor recuperável são como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	(1.147)	(1.141)
Constituição de perdas	(108)	(6)
Baixa efetiva	7	-
	<u>(1.248)</u>	<u>(1.147)</u>

8 Despesas antecipadas

A Companhia realizou a contratação de licenças e seus respectivos suportes que são alocados conforme demonstrativo abaixo:

	2020	2019
Licenças de softwares	809	849
Outras despesas antecipadas	7	7
	<u>816</u>	<u>856</u>

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2020	2019
Custo:			
Equipamentos de informática	20% a 33,33%	52.053	48.793
Peças sobressalentes e ferramentas	20% a 33,33%	14.772	13.335
Direito de uso na aplicação do CPC 06 (R2)	50 %	3.817	3.583
Móveis, utensílios e instalações	10 a 25%	307	1.316
		<u>70.949</u>	<u>67.027</u>
Depreciação acumulada:			
Equipamentos de informática		(43.075)	(37.636)
Peças sobressalentes e ferramentas		(12.665)	(10.758)
Ativo direito de uso na aplicação do CPC 06 (R2)		(2.825)	(959)
Móveis, utensílios e instalações		(80)	(603)
		<u>(58.645)</u>	<u>(49.955)</u>
Imobilizado líquido		<u>12.304</u>	<u>17.072</u>

Conciliação do valor contábil

	2020			
	Equipamentos de Informática	Peças Sobressalentes e Ferramentas	Móveis, Utensílios e instalações	Total
Custo				
Saldo ajustado em 1.º de janeiro de 2019	42.388	11.392	2.267	56.047
Adições Incorporação	264	-	499	763
Adições	6.347	1.943	3.994	12.284
Baixas	(206)	-	(1.861)	(2.067)
Em 31 de dezembro de 2019	48.793	13.335	4.899	67.027
Adições	3.885	1.587	423	5.895
Baixas	(625)	(150)	(1.198)	(1.973)
Em 31 de dezembro de 2020	52.053	14.772	4.124	70.949
Depreciação acumulada				
Em 31 de dezembro de 2019	(37.636)	(10.758)	(1.561)	(49.955)
Adições	(6.009)	(1.945)	(2.011)	(9.965)
Baixas	570	38	667	1.275
Em 31 de dezembro de 2020	(43.075)	(12.665)	(2.905)	58.645
Em 31 de dezembro de 2020	8.978	2.107	1.219	12.304
	2019			
	Equipamentos de Informática	Peças Sobressalentes e Ferramentas Reclassificado	Móveis, Utensílios e instalações	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2018	42.388	11.392	1.554	55.334
Reconhecimento ativo direito de uso na aplicação inicial do CPC 06 (R2)	-	-	713	713
Saldo ajustado em 1.º de janeiro de 2019	42.388	11.392	2.267	56.047
Adições Incorporação	264	-	499	763
Adições	6.347	1.943	3.994	12.284
Baixas	(206)	-	(1.861)	(2.067)
Em 31 de dezembro de 2019	48.793	13.335	4.899	67.027
Depreciação acumulada				
Em 31 de dezembro de 2018	(31.877)	(7.399)	(866)	(40.142)
Adições Incorporação	(69)	-	(135)	(204)
Adições	(5.694)	(3.359)	(1.530)	(10.583)
Baixas	4	-	970	974
Em 31 de dezembro de 2019	(37.636)	(10.758)	(1.561)	(49.955)
Em 31 de dezembro de 2019	11.157	2.577	3.338	17.072

10 Intangível

	Taxa anual de amortização	2020	2019
Custo:			
Software	25%	20.167	16.841
Software incorporado		-	42
Desenvolvimento	-	2.905	1.561
Desenvolvimento incorporado	-	-	1.706
Ágio			
Rentabilidade futura	0%	21.286	21.286
Carteira de clientes	10% a 16,7%	19.022	19.022
Não competitividade e força de trabalho	10%	4.172	4.172
		67.552	64.630
Amortização acumulada:			
Amortização acumulada		(13.181)	(10.929)
Amortização acumulada incorporados		-	(9)
Amortização carteira de clientes e não competitividade		(7.937)	(5.877)
Intangível líquido		46.434	47.815

	2020		
	Custo	Amortização acumulada	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	64.631	(16.816)	47.815
Adição - Software	3.333	(2.243)	1.090
Adição - Desenvolvimento	2.394	-	2.394
Transferência de desenvolvimento para software	(2.806)	-	(2.806)
Ágio			
Carteira de clientes Rivendel	-	(133)	(133)
Carteira de clientes Axil	-	(1.769)	(1.769)
Não competitividade e força de trabalho – Rivendel	-	(24)	(24)
Não competitividade e força de trabalho – Axil		(133)	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.552	(21.118)	46.434

	2019		
	Custo	Amortização acumulada	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	46.465	(11.679)	34.786
Adição - Software	4.304	(2.262)	2.042
Desenvolvimento	1.951	-	1.951
Baixa - Custo de desenvolvimento	(3.602)	-	(3.602)
Adição software - Incorporação	42	(9)	33
Adição - Desenvolvimento Incorporação	1.707	-	1.707
Ágio			
Rentabilidade futura	9.587	-	9.587
Carteira de clientes Rivendel	1.331	(425)	906
Carteira de clientes Axil	-	(1.769)	(1.769)
Não competitividade e força de trabalho – Rivendel	2.846	(539)	2.307
Não competitividade e força de trabalho – Axil	-	(133)	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	64.631	(16.816)	47.815

Teste por redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio

Foi realizado para o ano calendário 2020, o teste de imparment, no qual foi considerado como principal premissa utilizada no cálculo, que a UGC incorporada Axil obterá uma taxa de crescimento em 2021 de 10,1% em relação a 2020 e para os anos seguintes, 2022 à 2025, foi estimado um crescimento do PIB nominal (incluindo inflação dada pelo IGP-M) no longo prazo.

Foi realizado para o ano calendário 2020, o teste de imparment, no qual foi considerado como principal premissa utilizada no cálculo, que as UGCs incorporadas Rivendel Tecnologia da Informação e Rivendel Sistemas de TI, manterá uma taxa de crescimento superior em 53,2 % em relação as estimativas da administração em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com a análise efetuada pela Administração, entende-se que não há indicativos de perdas para o ágio em ambas as empresas incorporadas.

A taxa de desconto reflete o risco associado do negócio, englobando o risco sistêmico, e o risco não sistêmico, o qual pode ser dividido entre risco setorial e risco específico da empresa. A taxa de desconto é aplicada ao fluxo de caixa futuro de um empreendimento para se determinar o valor que um patrimônio líquido teria numa base de fluxo de caixa.

A taxa de desconto utilizada foi definida através do modelo matemático denominado “Weighted Average Cost of Capital – WACC”. Este método reflete o retorno requerido pela Companhia. Dessa forma, o modelo captura os riscos e benefícios associados com a estrutura de capital adotada pela empresa para o financiamento de suas operações.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Axil	2019	
	2020	2019
Taxa de desconto	16,6	15,2
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,1	6,1
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	7,0	9

Rivendel	2019	
	2020	2019
Taxa de desconto Rivendel	15,0	14,7
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,1	6,1
Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	26,4	29,3

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera, com uma possível alavancagem da dívida e uma taxa de juros de mercado.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para três anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA (Lucros antes do juros, impostos, depreciação e amortização), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA (Lucros antes do juros, impostos, depreciação e amortização), projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento conforme expectativa da administração, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- Os fluxos de caixa estimados para 2021 foram considerados no LAJIDA projetado.

Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Rivendel Tecnologia da Informação Ltda. , da Rivendel Sistemas de TI Ltda e Axil Cloud Serviços de Tecnologia da Informação Ltda foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição combinado	15.130
(-) Patrimônio líquido - Rivendel Tecnologia em 31/01/2018	1.272
(+) Patrimônio líquido - Rivendel Sistemas de TI em 31/01/2018	649
(-) Mais valia	<u>4.177</u>

Ágio na aquisição incorporada.	10.330
--------------------------------	--------

100% pela participação da Rivendel Tecnologia e Rivendel Sistemas conforme nota 1.

Custo de aquisição	37.736
(-) Patrimônio líquido - Axil em 31/05/2017	(7.020)
(-) Mais valia	<u>(19.017)</u>

Ágio na aquisição	11.699
-------------------	--------

100% pela participação da Axil, incorporada em 20 de abril de 2018.	11.699
---	--------

As aquisições resultaram em ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no total de R\$ 22.029 (R\$11.699 da Axil e R\$ 10.330 da Rivendel). Os ágios são consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das três empresas. Os ágios são atribuídos principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Rivendel Tecnologia, Rivendel Sistemas e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão da Mandic. Em relação a Axil, deve-se a sinergia da compra de carteira de clientes do segmento de computação em nuvem, escalabilidade na incorporação das operações e propiciando redução de custos em datacenter e aumento do portfólio de produtos.

11 Empréstimos e financiamentos

Taxa	2020	2019
-------------	-------------	-------------

	0,4% a		
“CDC”	1,15% a.m.	1.675	2.202
BNDES (a)	TJLP+2,0%	2.936	4.020
Arrendamento mercantil		891	3.041
Off Shore (b)	CDI + 0,18% A.A	23.634	-
		29.136	9.263
Passivo circulante		14.328	6.080
Passivo não circulante		14.808	3.183
		29.136	9.263

Cronograma de pagamento

	2020	2019
2020	-	6.080
2021	14.328	1.725
2022	12.049	1.250
2023	2.759	208
	29.136	9.263

- (a) Em 20 de julho de 2017, a Companhia celebrou com o BNDES o contrato de financiamento nº 17.2.0053.1, que prevê uma linha de crédito no montante de R\$ 15.321 a ser quitado em 48 meses com vencimento em 15 de fevereiro de 2022. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou o montante de R\$ 5.000 da respectiva linha de crédito, com garantia de carta fiança celebrada junto ao Banco Itaú S.A. com taxa de 1,5 % ao ano.
- As garantias realizadas no momento da captação dos recursos junto ao BNDES, são compostas por 30% da carteira de recebíveis de clientes mantida junto ao banco Itaú S.A..
- (b) Em 17 de janeiro de 2020, a Companhia celebrou com o Santander S.A o contrato de financiamento nº 000228525368, que prevê uma linha de crédito no montante de R\$23.000 a ser pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, sendo as 3 (três) primeiras apenas o juros e as 9 (nove) demais amortização do saldo principal acrescido de juros. O vencimento da 1ª parcela foi em 22 de abril de 2020 e a última será em 06 de janeiro de 2023.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	2020	2019
Saldo inicial	9.263	5.180
Captações	25.589	3.365
Captações arrendamento mercantil	183	4.235
Captações arrendamento mercantil -Incorporação	-	189
Amortizações	(6.048)	(3.453)
Amortizações incorporação	-	(115)
Provisão de Juros incorridos	1.584	439
Juros incorridos incorporação	-	11
Juros pagos	(1.435)	(577)
Juros pagos Incorporação	-	(11)
	29.136	9.263

12 Debêntures

Taxa de juros	2020	2019
Debentures 1.º emissão DI + <i>spread</i> 3%	11.348	17.435
	2020	2019
Passivo circulante	11.348	12.384
Passivo não circulante	-	5.052
	11.348	17.435

Cronograma de pagamento

	2020	2019
2020	-	12.384
2021	11.348	5.051
	11.348	17.435

	Série	Emissão	2020	2019
Mandic S.A.	Única	22/05/2017	11.348	17.435

Em 22 de maio de 2017, a Companhia celebrou o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª. (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversível em Ações, em Série Única da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Mandic S.A.”, no montante de R\$45.000 com prazo de 48 meses e vencimento em 25 de maio de 2021, com garantia de conta escrow e mais 3 parcelas PMT celebrada junto ao Banco Santander S.A. com taxa de juros de 3 % ao ano mais DI%.

Tal instrumento possui “covenants financeiros”. Em 31 de dezembro de 2020, os “covenants financeiros” foram cumpridos.

Em 04 de maio de 2020, foi realizada assembleia geral de debenturistas (“AGD”), onde deliberou e aprovou a prorrogação dos vencimento nas datas de pagamento do valor nominal unitário das debentures, previstas anteriormente para pagamentos em 25 de maio de 2020 até 25 de outubro de 2020, retornando o fluxo de pagamento para o dia 25 de novembro de 2020. Em decorrência desta prorrogação, foi alterado o vencimento da debentures de 25 de maio de 2021 para 25 de novembro de 2021.

- As garantias realizadas no momento da captação dos recursos após emissão dos títulos, são compostas por R\$ 1.800 da carteira de cobrança de recebíveis de clientes e de valores em aplicações financeiras e fundo de investimento junto ao banco Santander S.A no montante de 3 (três) parcelas de amortização com juros no valor aproximado de R\$3.600.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento individual e consolidado

Ano 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.435
(+) Juros do período	1.126
(-) Juros pagos	(922)
(-) Amortização do principal	(6.291)
	11.348

Ano 2019:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.822
(+) Juros do período	1.941
(-) Juros pagos	(1.746)
(-) Amortização do principal	(12.582)
	17.435

13 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	3.691	8.184
Fornecedores estrangeiros	8.575	6.557
	12.266	14.741

O saldo é composto por valores a pagar a terceiros pela aquisição de bens, licenças e serviços necessários às operações da Companhia.

14 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Encargos sociais a recolher	982	963
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	530	535
Provisão para férias e encargos sobre férias	2.277	1.965
Outros valores a pagar	15	9
	3.804	3.472

15 Contas a pagar por aquisição de negócio

	2020	2019
Contas a pagar por aquisição de negócio (*)	2.179	12.211
Circulante	-	10.090
Não circulante	2.179	2.121

A movimentação do pagamento é como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	12.211	11.524
Aquisição Rivendel Tecnologia e Rivendel Sistemas (**)	-	-
Pagamentos	(10.128)	-
Atualização monetária	96	687
	<u>2.179</u>	<u>12.211</u>

- (*) Refere-se ao montante a pagar aos antigos acionistas conforme contrato de compra e venda realizado em 2012. Em março de 2017, foi realizado o pagamento da segunda parcela da aquisição da Companhia Mandic, suscetível a novos possíveis ajustes de preço decorrente das cláusulas previstas no contrato de compra e venda de participação acionária.
- (**) Em 31 de janeiro de 2018, foi feita a aquisição da Rivendel Tecnologia da Informação Ltda e Rivendel Sistemas de TI Ltda conforme contrato de compra e venda. Do valor total, na assinatura do contrato foi pago aos antigos acionistas das Rivendel citadas o valor de R\$ 6.197 e o saldo residual foi pago em 03 de fevereiro de 2020 no montante de R\$ 10.128.

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, surgidos no curso normal dos seus negócios. Essas questões são discutidas tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais ativas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir perdas estimadas com os processos em curso de todas as demandas prováveis. Em 31 de dezembro de 2020, os processos classificados como possíveis foram estimados em R\$ 56 (R\$ 2.512 em 2019), sendo R\$ 0 de natureza fiscal (R\$ 2.483 em 2019) e R\$ 56 de natureza cível (R\$ 29 em 2019). A composição dos riscos provisionados é como segue:

	2020	2019
Trabalhistas e previdenciários (a)	250	350
Cíveis	67	41
	<u>317</u>	<u>391</u>

- (a) Trabalhista e previdenciários: refere-se, principalmente, a exposição da Companhia relacionada a reconhecimento de vínculo empregatício.

As provisões para contingências, registradas em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte movimentação:

	2020	2019
Saldo inicial	391	593
Constituição de provisão	26	4
Pagamentos com processos condenatórios	(50)	(107)
Reversão de provisão	(50)	(99)
Saldo final	317	391

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Imposto de renda corrente

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.783	6.856
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(946)	(2.331)
Diferenças permanentes e temporárias (i)	(1.715)	(114)
Crédito fiscal utilizado	2.791	2.440
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no período	130	5
Alíquota Efetiva %	4,7%	(0,1%)

- (i) Refere-se, principalmente, a provisão de despesas diversas, bônus e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Imposto de renda diferido

	2020	2019
Prejuízo fiscal a ser utilizado por expectativa de lucro tributário	1.583	805
Diferenças temporárias	398	(1.290)
Realização de Ágio - parte B Lalur	(1.033)	(4.113)
Base de cálculo	948	(4.598)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	322	(1.563)
Despesas Imposto de renda e contribuição social diferido	322	(1.563)
Alíquota Efetiva %	34%	34%

b. Impostos fiscais diferidos

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores no montante de R\$ 59.919 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 59.495 em 31 de dezembro de 2019) entretanto, a administração constitui imposto de renda e contribuição social ativa no montante de R\$ 15.468 sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 5.259 em decorrência da segurança de sua realização nos próximos 5 anos e constitui imposto de renda e contribuição social passivo no montante de R\$ 2.791, sobre o ágio utilizado em 2020.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2020	2019
Ativo Diferido		
Provisão para contingências	317	391
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.248	1.147
Provisão de despesas	420	48
	1.985	1.586
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%
	<u>675</u>	<u>539</u>
Prejuízo fiscal acumulado	15.468	14.920
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%
	<u>5.259</u>	<u>5.073</u>
Total do ativo diferido	5.934	5.612
Passivo Diferido		
Contrato com cliente	(3.538)	(3.538)
Não competitividade e força de trabalho	(265)	(265)
Ágio - Rentabilidade Futura	(4.406)	(4.406)
	(8.209)	(8.309)
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%
	<u>(2.791)</u>	<u>(2.791)</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do ativo diferido	<u>3.143</u>	<u>2.821</u>

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar o diferido constituído sobre prejuízo fiscal nos seguintes exercícios:

Anos	
2021	44
2022	360
2023	1.126
2024	1.721
2025	<u>2.008</u>
	<u>5.259</u>

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 02 de março de 2020 ocorreu um aporte no capital social integralizado da Companhia, após a acionista Romi Scheneider exercer o direito das opções de compras de ações de acordo com ato societário estabelecido por deliberação do Conselho de Administração, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 94 em ações nominais integralizando o capital. Em 2019 o capital social integralizado da Companhia foi R\$ 14.226 e após a integralização das ações expressadas, passou para o montante de R\$ 14.320 em 2020, sendo representado em 2020 por 38.487.719 ações ordinárias nominativas e 9.319.923 ações preferencias sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019, os acionistas deliberaram pela redução do Capital Social da Companhia, cujo o saldo era de R\$ 61.573, e foi compensado por meio do montante de prejuízo acumulados, no valor de R\$ 47.347 em 31 de dezembro de 2019. Desta forma, passou a totalizar um Capital Social de R\$ 14.226.

Acionista	Ações			Capital integralizado (em R\$ mil)
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Rw Brasil Fundo de investimento	31.051	3.927	34.978	10.429
Oria Tech Fundo Secundário I	-	4.423	4.423	1.319
Sidney Victor da Costa Breyer	3.656	462	4.118	1.228
Aleksandar Carlos Mandic	1.015	-	1.015	342
José Mauricio Cascão Pereira	911	236	1.147	303
Antonio Carlos dos Santos Pina	1.158	158	1.316	392
Paulo Sergio de Lima	152	-	152	51
Antonio Eduardo Zago de Carvalho	152	19	171	45
Romi Scheneider	94	80	174	118
Claude Shreve Burton IV	-	14	14	4
Rosangela Sutil de Oliveira	299	-	299	89
Total	38.488	9.319	47.807	14.320

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de alteração estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante emissão de, no máximo 4.885.935 ações, sendo que deste montante 846.952 ações ordinárias já foram executadas, restando um saldo de 4.038.983 ações, todas nominativas e sem valor nominal para fazer face ao programa de opções de ações.

18.2 Reserva de capital

A reserva de capital é composta pelos seguintes itens:

- (a) A reserva de capital foi constituída por meio de incorporação de ativos, ágio na incorporação reversa das Companhias Tecla Soluções de Tecnologia da Informação S.A. e Oslo RJ Participações S.A. A reserva de lucros e reserva legal foram constituídas em dezembro 2019, e em abril 2020 foi constituída uma reserva especial dos saldo dos dividendos não distribuídos em sua totalidade.
- (b) Outorga de opções de ações: incluem as parcelas de reconhecimento das outorgas de plano de opção de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

18.3 Destinação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- Reserva legal: constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. O valor desta reserva foi reconhecido para o exercício de 2019 e 2020 (respectivamente R\$ 264 e R\$ 162).
- Dividendos mínimos e obrigatórios: o estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social devem ser destinados aos acionistas como dividendos obrigatórios, após a apropriação para reserva legal. O valor foi destinado através de ata de assembléia realizada em 31 de dezembro de 2019.
- Os dividendos aprovados não foram distribuídos em sua totalidade, após deliberação dos acionistas, em abril de 2020, foi realizada uma distribuição simbólica no valor de R\$ 100, conforme a proporcionalidade de ações e o saldo remanescente foi realizado uma constituição de reserva especial para distribuição futura.
- Reserva de retenção de lucros, constituirá o valor residual, após a apropriação para reserva legal e da distribuição de dividendos mínimos e será mantida até nova deliberação dos acionista sobre a destinação deste saldo.

19 Plano de remuneração baseado em ações

Em 5 de março de 2013 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opções de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posições-chave e pessoas naturais elegíveis que prestem serviços à Companhia, definindo livremente, com base nos contratos de opção de compra de ações com cada indivíduo.

As opções outorgadas dos contratos vigentes poderão ser exercidas, como segue:

Prazo	Lote
2013	857.352
2014	678.869
2015	448.187
2016	921.718
2017	378.850
2018	173.421
2019	170.375
2020	286.150
2021	299.500
2022	249.500
2023	249.500
2024	129.125
2025	43.388
Total das opções	4.885.935
Opções exercidas	940.320
Opções não exercidas	3.945.615

O preço de exercício da opção foi fixado em R\$1,00 para cada opção, para o lote 1, que totaliza 3.298.397 ações, R\$2,50 para o lote 2, 3 e 4, que totalizam 310.000 ações, e R\$3,25 para o lote 5 e 6, que totalizam 1.277.538 ações.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “Black-Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos.

As ações da Companhia não são negociadas em mercado e, portanto, não possuem referência independentemente de valor. Para determinar o valor justo das ações na data da outorga, a Administração efetuou uma avaliação econômico-financeira da Companhia (a “Avaliação”), na mesma data da outorga, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções foram realizadas em um prazo de sete anos. A partir do oitavo ano, foi considerado o fluxo de caixa em perpetuidade, utilizando-se o Modelo de Gordon. O valor econômico total foi calculado somando-se o valor presente dos fluxos de caixa livres durante o período de projeção, acrescidos do valor presente dos fluxos de caixa livres na perpetuidade. Os fluxos foram descontados ao custo médio ponderado de capital (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”) estimado para a Companhia. Para efeito de cálculo do valor das ações, foram deduzidos do valor econômico total da Companhia as dívidas líquidas e outros ativos e passivos.

A fim de determinar a volatilidade teórica das ações, a Companhia utilizou a volatilidade do índice “Small Cap - SMLL” da Bolsa de Valores de São Paulo observada durante período retroativo equivalente, na data-base, ao prazo de exercício (6,4 anos). No julgamento da Companhia, o índice “Small Cap - SMLL”, entre aqueles com razoável grau de liquidez, é o que melhor aproxima o comportamento teórico das ações caso elas fossem regularmente negociadas em mercado.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado proporcionalmente às vigências dos contratos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a executiva Romi Scheneider exerceu o direito de compra de suas ações. Com isso, a Companhia readequou seu capital social, de acordo com a quantidade de ações compradas em 02 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 o montante acumulado na conta do patrimônio líquido do plano de stock options é R\$11.119 (R\$10.315 em 31 de dezembro de 2019). Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de (“vesting period”).

	23 de abril de 2013	07 de Julho de 2015	01 de Setembro de 2015	30 de setembro de 2017	17 de abril de 2019	30 de março de 2020
Quantidade de beneficiários	5	3	1	5	11	7
Quantidade de ações objeto de outorga	2.925	261	112	310	803	475
Período de carência	0 a 5 anos	0 a 5 anos	0 a 5 anos	0 a 5 anos	0 a 5 anos	0 a 5 anos
Início do período de carência do contrato	01/06/2013 à 01/06/2017	07/07/2015 à 07/07/2019	01/09/2016 à 01/09/2020	30/09/2017 à 30/09/2021	30/03/2020 à 30/03/2024	30/03/2021 à 30/03/2025
Período aquisitivo (1.vesting)	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Valor justo na data de outorga	8.243	737	316	874	2.608	1.544
Quantidade de ações realizadas (vesting)	940					
Valor justo na data de vesting	9.357	836	359	992	2.567	1.520

A conciliação de opções de ações em circulação nos exercícios de 2020 e 2019 estão assim apresentadas:

	Número de opções
Em milhares de opções	2020
Existentes em 1º de janeiro	3.564
Perdidas durante o exercício	-
Exercidas durante o exercício	93
Outorgadas durante o exercício	475
Existentes em 31 de dezembro	3.946

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, foram realizadas com base no estudo realizado junto com o controlador, que considerou valores de Receita, Ebtida, valor do LTM, desconto de empréstimos, taxa de desconto, valores em caixa e o total do capital social mais possíveis opções de ações. A Companhia entende que esse cálculo é o valor real da valorização da ações.

20 Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores e diretores foi de R\$ 3.349 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$4.123 em 31 de dezembro de 2019) e encontra-se contabilizada nas rubricas “Custos dos serviços prestados”, “Despesas administrativas” e “Despesas comerciais”.

O controlador final da companhia Mandic é a Riverwood Brasil Fundo de Investimentos (Riverwood Capital).

21 Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Receita bruta (i)	86.881	94.441	84.512
Impostos e deduções			
Deduções da receita	(218)	(675)	(593)
ISS	(3.609)	(3.887)	(3.642)
PIS	(821)	(881)	(805)
COFINS	(3.787)	(4.068)	(3.714)
Imposto à recuperar e (pago) em outro país (Colômbia)	138	(195)	(195)
Receita operacional líquida	<u>78.584</u>	<u>84.735</u>	<u>75.563</u>

- (i) A receita bruta apresentada em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 86.881 (R\$ 94.441 em 31 de dezembro de 2019) é composta pelo soma de todos as soluções comercializadas no valor de R\$ 127.883 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 134.554 em 31 de dezembro de 2019), deduzidas dos custos de licença de terceiros em que a Mandic atua como agente, no valor de R\$ 41.002 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 40.113 em 31 de dezembro de 2019).

22 Custos dos serviços prestados

A reconciliação do custo de serviços prestados é como segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora
	2020	2019	2019
Salários, encargos sociais e demais gastos com pessoal	(27.650)	(25.726)	(20.846)
Depreciação e amortização	(9.986)	(11.729)	(11.582)
Locação de "datacenter"	(5.856)	(5.037)	(4.024)
Licença de softwares	(966)	(1.352)	(1.192)
Consultoria	(460)	(1.024)	(676)
Outros custos	(1.172)	(2.113)	(1.796)
Total	(46.090)	(46.981)	(40.116)

23 Despesas administrativas

	Controladora	Consolidado	Controladora
	2020	2019	2019
Salários, encargos sociais e demais gastos com pessoal	(4.866)	(5.070)	(4.915)
Depreciação e amortização	(4.281)	(3.877)	(3.877)
Serviços de terceiros	(917)	(1.485)	(1.417)
Cursos e treinamentos	(273)	(822)	(775)
Outras despesas administrativas	(309)	(826)	(800)
Total	(10.646)	(12.080)	(11.784)

24 Despesas de vendas

	Controladora	Consolidado	Controladora
	2020	2019	2019
Salários, encargos sociais e demais gastos com pessoal	(7.857)	(7.994)	(7.994)
Comissões sobre venda	(349)	(503)	(503)
Serviços de publicidade e propaganda	(644)	(1.069)	(1.069)
Perdas efetivas de títulos vencidos	(1.246)	(812)	(812)
Licença de software	(223)	(186)	(185)
Outras despesas comerciais	(316)	(787)	(752)
	(10.635)	(11.351)	(11.315)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(101)	(6)	(6)
	(10.736)	(11.357)	(11.321)

25 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Receitas financeiras:			
Juros ativos	563	853	833
Rendimento de aplicações financeiras	425	392	391
Descontos obtidos	171	218	213
	<u>1.159</u>	<u>1.463</u>	<u>1.437</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2020	2019	2019
Despesas financeiras:			
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(3.066)	(2.192)	(2.152)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.812)	(2.944)	(2.926)
Variação cambial passiva realizada	(1.753)	(1.226)	(1.226)
Juros e multas de parcelamentos e outros	(107)	(1.298)	(1.210)
	<u>(8.738)</u>	<u>(7.660)</u>	<u>(7.514)</u>

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando aplicável, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Classificação contábil e valores justos

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2020. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Ativos

31 de dezembro de 2020

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Obrigatoriamente a valor justo-	Ativos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	2.765	2.765	-	-	-
Aplicações financeiras	5	19.117	-	19.117	-	19.117	19.117
Títulos e valores mobiliários	6	-	100	100	-	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	13.140	13.140	-	-	-
Outros recebíveis		-	776	776	-	-	-
		19.117	16.781	35.898			

Passivos

31 de dezembro de 2020

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Obrigatoriamente a Valor justo-	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
NDFs utilizados para hedging	13	(4.422)	-	(4.422)	-	(4.422)	(4.422)
		(4.422)	-	(4.422)			
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Fornecedores	13	-	(12.266)	(12.266)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	11	(29.136)	-	(29.136)	-	(29.136)	(29.136)
Debêntures	12	(11.348)	-	(11.348)	-	(11.348)	(11.348)
Contas a pagar por aquisição de negócio	16	(2.179)	-	(2.179)	-	(2.179)	(2.179)
		(42.663)	(12.266)	(54.929)			

Ativos

31 de dezembro de 2019

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Obrigatoriamente a valor justo-	Ativos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1.154	1.154	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	5.965	-	5.965	-	5.965	5.965
Títulos e valores mobiliários	6	-	2.504	2.504	-	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	14.839	14.839	-	-	-
Outros recebíveis		-	981	981	-	-	-
		5.965	19.478	25.443			

Passivos
31 de dezembro de 2020

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Obrigatoriamente a	Outros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		Valor justo-	passivos				
NDFs utilizados para hedging	13	(1.776)	-	(1.776)	(1.776)	-	(1.776)
		(1.776)	-	(1.776)			
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Fornecedores	13	-	(14.741)	(14.741)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	11	(9.263)	-	(9.263)	-	(9.263)	(9.263)
Debêntures	12	(17.435)	-	(17.435)	-	(17.435)	(17.435)
Contas a pagar por aquisição de negócio	16	(12.211)	-	(12.211)	-	(12.211)	(12.211)
		(38.909)	(14.741)	(53.650)			

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Administração da Companhia supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

c. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	2.765	1.154
Aplicações financeiras	19.117	5.965
Títulos e valores mobiliários	100	2.504
Contas a receber de clientes	13.140	14.839
Outros recebíveis	776	981
	35.898	25.443

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados.

Fluxo de caixa contratual						
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 Anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores	12.266	12.266	12.266	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	30.498	30.498	15.224	12.718	2.556	-
Debêntures	11.455	11.455	11.455	-	-	-
Adiantamento de clientes	237	237	237	-	-	-
Parcelamento de impostos	8	8	8	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de negócio	2.179	2.179	-	-	2.179	-
	56.643	56.643	39.190	12.718	4.735	-
Fluxo de caixa contratual						
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 Anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos						
Fornecedores	14.741	14.795	14.795	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	9.263	9.342	6.138	2.994	210	-
Debêntures	17.435	17.541	12.459	5.082	-	-
Adiantamento de clientes	267	268	268	-	-	-
Parcelamento de impostos	58	58	50	8	-	-
Contas a pagar por aquisição de negócio	12.211	12.255	10.126	-	2.129	-
	53.975	54.259	43.836	8.084	2.339	-

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos valores apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários abaixo.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				2020			
				Aumento - Reais		Redução - Reais	
	Taxa câmbio	Reais	USD	25%	50%	25%	50%
Dívida em Dollar							
Instrumentos financeiros							
Fornecedores	5,19	8.575	1.650	10.719	12.863	(6.431)	(4.287)
Efeito esperado no resultado – despesa (receita)				2.144	4.288	(2.144)	(4.288)
				2019			
				Aumento - Reais		Redução - Reais	
	Taxa câmbio	Reais	USD	25%	50%	25%	50%
Dívida em Dollar							
Instrumentos financeiros							
Fornecedores	4,03	6.557	1.627	8.196	9.836	4.918	3.279
Efeito esperado no resultado – despesa (receita)				1.639	3.279	(1.639)	(3.279)

Risco de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia e sua controlada utilizam a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. De acordo com o estudo a taxa CDI/SELIC projetada para 2021 foi de 3,75%.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II – de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2020	2,75%	3,44%	4,14%
Debêntures	11.348	11.348	11.348
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	3,75%	2,81%	1,88%

Efeito no instrumento financeiro:

Aumento / (Redução)	(426)	(319)	(213)
---------------------	-------	-------	-------

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II – de 50%
Taxa efetiva anual da TJLP de 2020 + 2,1 %	6,65%	4,99%	3,33%
BNDES	2.936	2.936	2.936
Taxa anual estimada da TJLP 12 meses + 2,1 %	6,74%	5,06%	3,37%

Efeito no instrumento financeiro:

Aumento / (Redução)	(198)	(149)	(99)
---------------------	-------	-------	------

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II – de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2020 +0,18%	6,14%	4,61%	3,07%
Off shore	23.634	23.634	23.634
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	3,93%	2,95%	1,97%

Efeito no instrumento financeiro:

Aumento / (Redução)	(929)	(697)	(466)
---------------------	-------	-------	-------

* * *

Diretor Presidente
José Mauricio Cascão Pereira

Diretor Financeiro
Romero Bruto da Costa Pessoa Correia

Contador
Renato Carvalho da Rocha
CRC 1SP-260.795/O3